



# Municipalismo mais forte e dinâmico

### Nesta Edição

- **Mobilizações**  
Página 3
- **Avanços**  
Página 7
- **Parcerias**  
Página 11
- **Crise**  
Página 12
- **Eventos**  
Página 13
- **Transparência**  
Página 18
- **Solidariedade**  
Página 20



Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM - Biênio 2015/2016

Av. Rubens de Mendonça, 3.920 - CEP: 78.050-902 - CPA - Cuiabá-MT - Fone: (65) 2123-1200

Acesse:

www.amm.org.br

www.facebook.com/AMM.MATOGROSSO

## Diretoria da AMM - 2015/2016

Presidente de honra:

**Ondanir Bortolini (Nininho)**

Presidente:

**Neurilan Fraga** - Prefeito de Nortelândia

1º Vice-presidente:

**Roberto Ângelo de Farias** - Prefeito de Barra do Garças

2º Vice-presidente:

**Walmir Guse** - Prefeito de Conquista D'Oeste

3º Vice-presidente:

**Solange Souza Kreidlolo** - Prefeita de Nova Bandeirantes

4º Vice-presidente:

**Valter Mioto Ferreira** - Prefeito de Matupá

5º Vice-presidente:

**José Helio Ribeiro** - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral:

**Hugo Garcia Sobrinho** - Prefeito de Santa Rita do Trivelato

1º Secretário:

**Ednilson Luiz Faíta** - Prefeito de Aripuanã

2º Secretário:

**Valteir Quirino dos Santos** - Prefeito de Indaiavá

Tesoureiro Geral:

**Marcos de Sá Fernandes da Silva** - Pref. Santa Cruz do Xingu

1º Tesoureiro:

**Pedro Tercy Barbosa** - Prefeito de Denise

2º Tesoureiro:

**João Braga Neto** - Prefeito de Nova Maringá

## CONSELHO FISCAL:

1º Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia

2º Francisco Endler - Prefeito de Nova Guarita

3º Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

## SUPLENTE:

1º Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu

2º José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenópolis

3º Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

## Expediente



Edição Dezembro - 2015

Presidente: Neurilan Fraga  
 Jornalista responsável: Malu Sousa DRT493/MT  
 Redação e Edição: Rosimara Almeida  
 Reportagem: Adellisses Magalhães  
 Colaboração: Daniel Hoffmann e Vanderson Ferraz  
 Projeto gráfico e diagramação: Kleber Simioni

## EDITORIAL

# Conquistas e novos desafios



Regênio Fiorentino

Avaliações são importantes para traçar um panorama do que já foi realizado e para aplicar eventuais medidas corretivas visando aprimorar as decisões futuras. A análise que fazemos do primeiro ano na presidência da Associação Mato-grossense dos Municípios é bastante positiva, considerando que adotamos medidas necessárias para manter o equilíbrio financeiro da instituição e ampliar seu dinamismo e eficiência.

Implementamos um novo modelo de gestão e colocamos em prática várias ações, como o enxugamento do quadro funcional, sem prejuízos para a prestação de serviços. Alterações no organograma, remanejamentos e investimentos foram efetuados para garantir mais eficácia técnica. O funcionamento em pontos facultativos também foi uma decisão da nova diretoria para dar continuidade no atendimento às prefeituras.

Além da atenção dedicada ao aspecto técnico, a AMM também foi combativa politicamente e trabalhou para garantir vitórias para os municípios, como o repasse do Fundo Estadual de Transporte e Habitação - Fethab. A transferência dos recursos estava suspensa por meio de liminar. Porém, a AMM ingressou com uma reclamação no Supremo Tribunal Federal e garantiu a liberação do dinheiro para as prefeituras.

O contato constante com o governo do estado também trouxe resultados. Além de apresentar as principais demandas das prefeituras, a AMM conseguiu algumas ações práticas, como a retomada da discussão com a Secretaria de Educação sobre o aumento do repasse do transporte escolar, a necessidade de participação nos debates sobre a lei de incentivos fiscais e desenvolvimento econômico, renegociação de débitos da saúde, além da mobilização para a restituição aos municípios dos valores do ICMS que constituem fundos estaduais.

Atuamos também em Brasília, onde nos unimos às lideranças nacionais para defender o atendimento da pauta municipalista. Contribuímos para vitórias importantes, como a prorrogação do prazo dos restos a pagar, o repasse de recursos do Fundo de Apoio à Exportação - FEX, entre outros.

Durante o ano também houve muitos percalços, como a crise econômica, que atingiu em cheio os municípios, entes federados mais suscetíveis a desequilíbrios financeiros. Para enfrentar o período turbulento, a AMM recomendou aos prefeitos medidas de austeridade. Corte de gastos, redução de cargos comissionados, mudança no expediente das prefeituras, redução na carga horária, corte de horas extras, suspensão de repasses financeiros para entidades conveniadas foram algumas das sugestões para amenizar a situação de dificuldade.

Estamos certos que 2016 será um ano de grandes desafios, muitos dos quais herdados de 2015. Por isso é importante os gestores continuarem atentos e vigilantes para superar as dificuldades e criar novas possibilidades para as administrações municipais. A AMM continuará atuante e contando com o apoio dos prefeitos para ampliar seu protagonismo na defesa dos municípios mato-grossenses.

**Neurilan Fraga**  
Presidente da AMM

## MOBILIZAÇÕES

# Prefeitos apresentam reivindicações para a presidente Dilma

## Presidente da AMM falou sobre o subfinanciamento dos programas federais

Os presidentes das entidades municipalistas, a diretoria e o Conselho Político da Confederação Nacional dos Municípios - CNM foram recebidos pela presidente Dilma Rousseff, em outubro, no Palácio do Planalto. Durante o encontro, que também contou com a participação dos ministros Ricardo Berzoini e Jacques Wagner, os gestores apresentaram os temas mais urgentes da pauta municipalista, entre eles, a proposta que descentraliza a cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). A mudança pode significar uma receita para os municípios que ultrapassa R\$ 10 bilhões. A emenda foi aprovada pela Câmara e aguardava parecer do Senado.

Outro ponto é a mudança no critério que define o reajuste do piso salarial do magistério. A Lei 11.738/2008 determina que o piso da cate-

goria seja reajustado todos os anos, conforme o valor mínimo por aluno definido no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Devido aos recursos cada vez mais escassos, o pagamento dos novos valores se torna insustentável para a maioria dos municípios. Em relação aos programas federais, a CNM destacou que os valores repassados já estão defasados há pelo menos 10 anos e a diferença quem paga é sempre o município. As transferências constitucionais são insuficientes para atender a demanda da população.

Os gestores pediram também a correção de 0,25% do repasse extra do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Eles esperavam receber 0,5% em julho deste ano e 0,5% em julho do ano que vem, mas a primeira parcela foi de apenas 0,25% por levar em conta o período de seis meses e não um ano, confor-



Presidente da AMM falou sobre o subfinanciamento dos programas federais



me o compromisso firmado entre a União, Congresso Nacional e a CNM.

O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM, Neurilan

Fraga, foi uma das lideranças municipalistas indicadas pela CNM para falar sobre o subfinanciamento dos programas federais, como o Transporte Escolar, Merenda Escolar, Programa de Saúde da Família, além de outros. Neurilan citou como exemplo a merenda escolar, pois as prefeituras recebem apenas R\$ 0,30 por dia para ban-

car a despesa de cada aluno. Os recursos são insuficientes também para custear o serviço do transporte escolar e as prefeituras sempre têm que arcar com as diferenças dos

valores. "O agravamento da situação está penalizando cada vez mais o poder público municipal, que passa a ter mais dificuldades para oferecer saúde, educação e investimentos para grande demanda da população", observou.

### Visão da presidente

A presidente Dilma disse que a reunião foi um momento para discutir os temas e buscar alternativas que possam tirar os municípios desta situação que se encontram. A presidente sinalizou, porém, que devido ao momento desfavorável da economia brasileira, não será possível lidar com questões como o reajuste dos programas federais. Dilma também firmou o compromisso sobre a contrapartida da União para custear o piso do magistério e o repasse de 0,25% do FPM, que ainda não foi concedido aos municípios. Por outro lado a presidente trouxe à mesa um tema polêmico: a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF. A presidente Dilma se comprometeu em ajudar através das lideranças políticas no Congresso, para a aprovação dos projetos de interesse dos municípios brasileiros.

## Líderes municipalistas cobram atendimento de reivindicações

### Gestores apresentaram pauta ao presidente do Senado e ao vice-presidente da República

Prefeitos de várias partes do país se reuniram em Brasília, em agosto, para a primeira Mobilização Permanente do ano, coordenada pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM. O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Neurilan Fraga, participou do evento, liderando uma comitiva de prefeitos do estado. A mobilização foi necessária para reivindicar o atendimento da pauta municipalista, visando amenizar as dificuldades das prefeituras.

Durante a mobilização, a Confederação Nacional dos Municípios foi recebida pelo presidente do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB-



Presidente do Senado recebeu diretoria da CNM e presidentes de entidades estaduais

AL). O objetivo do encontro foi reforçar a pauta do pacto federativo em análise pelos senadores. Melhor distribuição do bolo de tributos e evitar a criação de novos encargos sem indicar a fonte de financiamento são as principais reivindicações.

Os municipalistas entregaram a Carta Municipalista a Renan, à Presidência da República, ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira. Na oportunidade, o presidente assegurou a celeridade na votação dos projetos do pacto federativo. Renan



Prefeitos apresentaram a Michel Temer demandas prioritárias para os municípios

disse que os pedidos não só dos prefeitos, mas também dos governadores, estão em andamento no Congresso.

Uma reunião com o vice-presidente da República, Michel Temer, também integrou a programação da primeira Mobilização Permanente do ano. O encontro contou com a participação dos presidentes de entidades esta-

duais e diretoria da Confederação Nacional dos Municípios. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e os Restos a Pagar (RAP) foram temas debatidos com Temer. Ambos eram motivos de preocupação para os prefeitos e considerados temas prioritários, pois repercutem na receita e na capacidade de investimento dos entes municipais.

## MOBILIZAÇÕES

# Prefeitos de Mato Grosso participam de Marcha a Brasília

Mobilização cobrou atendimento de pauta municipalista e contou com a participação de lideranças de várias regiões do país

Gestores mato-grossenses se uniram a prefeitos de várias partes do país, em maio, durante a XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, realizada pela Confederação Nacional dos Municípios. Liderados pelo presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Neurilan Fraga, realizaram uma reunião para tratar da pauta do evento. Neurilan ressaltou que era preciso manter o foco no Pacto Federativo e buscar o apoio da bancada federal para a votação da reforma.

A sessão solene de abertura da Marcha não contou com a presença da presidente Dilma Rousseff, que foi representada pelo ministro de Cidades, Gilberto Kassab. Estiveram presentes também outros ministros, o presidente do Senado, Renan Calheiros, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, além de governadores de estado.

O presidente da AMM frisou que a crise financeira



Presidentes de entidades estaduais cobraram atendimento de pauta municipalista

atual foi causada pelo governo federal, que não fez o ajuste fiscal e nem o enxugamento da máquina administrativa. Em relação ao corte no orçamento, somente no Ministério de Cidades foi de R\$ 18 bilhões, que atingiu diretamente os programas do governo federal nos municípios.

A pauta prioritária encaminhada pela Confederação

Nacional de Municípios (CNM) com as principais reivindicações municipalistas incluiu os seguintes assuntos: FPM- Fundo de Participação dos Municípios - normatizar o Fundo para impedir oscilações; Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) - incluir a CNM no grupo de trabalho para que tenha acesso e voz nas deliberações; Programa



Prefeitos se reuniram para discutir a pauta da mobilização e definir estratégias

de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) - extingue a incidência do Pasep sobre as receitas municipais; Programas federais - obrigar a União a corrigir, no mínimo pelo índice de inflação, os repasses destinados à execução de programas federais; Educação - fazer com que a União repasse os valores que extrapolem 60% do Fundo Nacional de Desenvolvi-

mento da Educação (Fundeb) para o pagamento de pessoal em consequência do piso; Ajuste Fiscal - alterar o percentual do Valor Adicionado Fiscal na composição do índice de retorno do ICMS da quota parte municipal; e Saúde - destinar à União a obrigação de complementar os valores que os municípios gastam a mais do que determina a Constituição Federal.

## AMM reivindica liberação de convênios do ministério das Cidades

### Prorrogação de prazos também integrou pauta da reunião em Brasília

Um grupo de prefeitos de Mato Grosso, liderado pela Associação Mato-grossense dos Municípios, participou de uma reunião com o ministro das Cidades, Gilberto Kassab, em Brasília, em maio, para solicitar a prorrogação de alguns prazos e liberação de recursos de convênios, que estavam em atraso.

51 municípios de Mato Grosso elaboraram projetos de pavimentação pelo PAC-2 e enviaram para a Caixa Econômica, mas as prefeituras tiveram problemas com os prazos concedidos pelo governo federal, considerados muito curtos. Os projetos totalizaram R\$ 110 milhões.

O presidente da AMM, Neurilan Fraga, pediu que o

ministro verificasse a possibilidade de abrir um prazo de no mínimo 45 dias para a Caixa validar os projetos e os municípios sanarem as pendências. Com relação aos restos a pagar das emendas parlamentares, cujo prazo para a primeira medi-



Gestores se reuniram com o ministro Gilberto Kassab durante mobilização nacional

ção se encerraria em 10 de junho, foi pedida a prorro-

gação de dois meses para dar tempo dos ministérios

de depositarem o dinheiro na conta do convênio e a Caixa dar ordem de serviço.

Os prefeitos justificaram que, como os ministérios não estavam depositando em tempo hábil, era preciso a prorrogação. A AMM entregou relação de todos os ministérios que estão nessas condições e o ministro assumiu o compromisso de falar com a presidente para fazer a prorrogação de todos os restos a pagar.

O presidente da AMM se reuniu novamente com o ministro de Cidades, Gilberto Kassab, em julho, para tratar de restos a pagar de 2013 e 2014, inerentes a emendas parlamentares. Fraga informou ao ministro que os municípios mato-grossenses corriam o risco de perder cerca de R\$ 80 milhões dos restos a pagar destinados à infraestrutura urbana.

## MOBILIZAÇÕES

# Manifesto mobiliza capital federal

Prefeitos de Mato Grosso protestaram e cobraram apoio do governo federal e Congresso Nacional

Os prefeitos fizeram um manifesto na praça dos Três Poderes, em agosto, para reivindicar do governo federal o repasse de recursos para os municípios e também cobrar no Congresso Nacional a votação de vários projetos de interesse dos municípios.

A prefeita de Poxoréu, Jane Maria Sanches, avaliou que o número de prefeitos participantes foi pequeno em relação ao tamanho dos problemas enfrentados pelos municípios brasileiros. Ela informou que Poxoréu tem recursos para receber do Governo Federal, inclusive nas áreas de Saúde e Educação.

O prefeito de Confresa, Gaspar Lazzari, que também preside a Associação dos Municípios do Araguaia, explicou que os gestores esperam que a presidência da República cumpra com o compromisso firmado em relação ao aumento de 1% do Fundo de Participação dos Municípios. Ele ressaltou que os municípios da



Gestores tomaram as ruas de Brasília para reivindicar atendimento de pauta municipalista

região do Araguaia dependem, quase que exclusivamente, do FPM e do ICMS para pagamento dos encargos públicos.



A prefeita de São José do Xingu, Raquel Campos, ressaltou que a união dos gestores é importante para o movimento, mas que muitos não

participam por estarem descreditados no Governo Federal. Raquel cobrou o repasse correto dos valores garantidos por lei aos municípios, para que os municípios recebam os serviços que precisam.

O prefeito de Campo Verde, Fábio Schroeter, avaliou que o protesto dos gestores municipais, em Brasília, demonstra a gravidade do cenário político e econômico do país. Ele considerou o ato um avanço na busca por

recursos para atender as demandas da população.

O prefeito de Conquista D'Oeste, Walmir Guse, disse que é preciso manter o movimento permanente em Brasília. Na sua avaliação, a pressão é necessária para que o Congresso vote os projetos de interesse dos municípios, e também o governo federal, repasse os recursos para atender a grande demanda da população.

O prefeito de Ipiranga do Norte, Pedro Ferronato, frisou que o Congresso tem que ser provocado para atender os milhares de gestores e que a mobilização deve ser permanente. Ele disse que a prioridade é a liberação do FPM, pois a população cobra dos gestores as melhorias necessárias aos municípios.

O prefeito de Mirassol D'Oeste, Elias Leal, disse que há um compromisso dos prefeitos para estar em Brasília, atendendo o chamado da Confederação Nacional dos Municípios. A meta, segundo ele, é a união em torno das reivindicações que são inerentes a todos.

## Fórum Permanente do Centro-Oeste



Uma das deliberações do I Encontro das Associações Estaduais de Municípios, realizado em maio, em Goiânia, foi a criação do Fórum Permanente do Centro-Oeste, Tocantins e Rondônia, que será integrado pelas entidades municipalistas dos estados. O objetivo é a troca de experiências e conhecimento técnico, a realização de estudos e pesquisas, além da discussão de temas regionais, comuns aos municípios, visando o fortalecimento do movimento municipalista. A criação do Fórum consta na Carta divulgada durante o evento, que contou com a participação do presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Neurilan Fraga, além de dirigentes das demais entidades municipalistas. Fraga disse que o encontro foi importante para discutir os gargalos da região.

## Apoio da bancada

A Associação Mato-grossense dos Municípios reuniu prefeitos e parlamentares federais, em maio, para debater a pauta de reivindicação municipalista e pedir apoio para a aprovação de projetos em tramitação no Congresso Nacional. Durante a reunião, realizada na Câmara Federal, foram apresentados aos congressistas temas que causam impacto significativo na gestão municipal. O presidente da AMM, Neurilan



Fraga, pediu empenho dos parlamentares na aprovação de matérias importantes, como o conjunto de projetos de lei que a Confederação Nacional dos Municípios enviaria ao Congresso Nacional.

## Projetos para Mato Grosso



O presidente da AMM, Neurilan Fraga, e o senador Wellington Fagundes se reuniram com o ministro da Pesca e Aquicultura, Helder Barbalho, em junho, para tratar de vários projetos que estão sendo desenvolvidos em Mato Grosso. Um deles na região do Médio Norte do Estado, que prevê investimentos na ordem de R\$ 16,5 milhões e que beneficiará mais de 300 famílias. O projeto atenderá a 15 cidades e prevê a instalação de uma unidade de beneficiamento de pescado, além da construção um laboratório de produção de alevinos na região. Fraga pediu ao ministro a celeridade na aprovação de projetos como também das emendas pendentes relacionadas aos municípios, que estão no ministério. Barbalho garantiu rever as emendas pendentes e os projetos que estão no ministério. O prefeito Assis Raupp, de Colniza, também participou da audiência.

## MOBILIZAÇÕES

## Correção de valores do Transporte Escolar



A atualização dos valores transferidos aos municípios para custear o transporte escolar foi uma das bandeiras da Associação Mato-grossense dos Municípios em 2015. O tema foi debatido em várias reuniões, na AMM e também na Secretaria de Estado de Educação. Em uma das reuniões, realizada na Seduc, em fevereiro, foi discutida a criação de uma comissão, formada por representantes da Secretaria e da AMM, para realizar um levantamento sobre o transporte escolar nos municípios e debater alternativas para resolver as dificuldades que os gestores enfrentam para realizar a locomoção dos alunos. A reunião contou com a participação do presidente da AMM, Neurilan Fraga, de prefeitos e do secretário de Educação, Permínio Pinto. Em setembro, as alternativas para o custeio do Transporte Escolar foi o tema debatido durante painel do 32º Encontro de Prefeitos Mato-grossenses.

## Demandas da saúde



As principais dificuldades dos prefeitos para gerir a Saúde municipal foram apresentadas, em maio, ao então secretário de estado de Saúde, Marco Bertúlio, que realizou atendimento a gestores na sede da Associação Mato-grossense dos Municípios. A agenda com os prefeitos foi articulada pelo presidente da AMM, Neurilan Fraga, visando facilitar o acesso dos gestores ao titular da pasta estadual. Prefeitos e secretários municipais de Saúde foram atendidos, conforme agendamento prévio. Entre as principais demandas do setor estão ambulâncias, regulação de vagas de média e alta complexidade, exames, consultas, cirurgias, entre outras necessidades.

## Planos de saneamento básico

A Associação Mato-grossense dos Municípios alertou os prefeitos, em setembro, sobre a necessidade de criação dos comitês coordenador e executivo, que vão atuar em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso na elaboração dos planos municipais de saneamento básico. A elaboração dos planos será viabilizada através de uma parceria entre a Fundação

Nacional de Saúde - Funasa, o Governo de Estado de Mato Grosso, como co-financiador e a UFMT, como executora. No total, 106 municípios serão contemplados. Os municípios receberão recursos para a elaboração dos planos, cabendo aos gestores assumir os custos com a mobilização social e envio dos membros dos comitês para a capacitação.

## FEX 2014

O movimento municipalista teve mais uma conquista no Congresso Nacional, em setembro. O plenário do Senado aprovou o Projeto de Lei da Câmara 127/2015 que libera o valor de R\$ 1,95 bilhão para estados e municípios brasileiros, referente ao exercício de 2014 do Fundo de Exportação (FEX). Os municípios mato-grossenses receberão o total de R\$ 98,8 milhões, divididos em quatro parcelas, até dezembro de 2015. O Fundo de Exportação refere-se à compensação das perdas com a isenção do ICMS nos produtos exportados, e é repassado aos municípios desde 2004 através de publicação de Medidas Provisórias. Sobre a utilização do recurso, não há vinculação específica para a aplicação.

## FEX 2015

A Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional do Senado, presidida pelo senador Otto Alencar, da Bahia, aprovou, em setembro, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 136/2015 que trata da prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios do Fundo de Exportação (FEX) relativo ao exercício de 2015. A aprovação foi considerada mais um importante resultado da articulação do movimento municipalista, da AMM juntamente com a CNM, e demais associações de municípios, que se mobilizam para garantir mais recursos para os municípios. O montante do FEX de 2015 é equivalente a R\$ 1,950 bilhão para todo o país. Desse total, R\$ 422,3 milhões serão destinados para Mato Grosso, sendo R\$ 105,5 milhões para os municípios mato-grossenses.

## Recursos e convênios



Em audiência com o governador Pedro Taques, no Palácio Paiaçu, em abril, o presidente da AMM, Neurilan Fraga, tratou de vários assuntos, entre eles, a liberação de recursos e de convênios empenhados entre os municípios e o Governo do Estado. Os convênios eram relacionados às obras iniciadas e que foram paralisadas por conta do decreto do governo estadual, que suspendeu os pagamentos por três meses de todas as despesas pendentes. Na ocasião, Neurilan manifestou ao governador a necessidade de um convênio para estruturar a Central de Projetos, que atenda os municípios e o próprio Governo do Estado. Os planos municipais de saneamento básico e de resíduos sólidos também integraram a pauta da reunião.

## Repasse para a saúde



O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Neurilan Fraga, e prefeitos da região Médio Norte se reuniram, em outubro, com o secretário de estado de Saúde, Eduardo Bermudez, para tratar da situação dos hospitais de Diamantino e Nortelândia, que recebem recursos do governo estadual através do Consórcio de Saúde. Os hospitais atendem a população de 10 municípios da região e os repasses do governo estavam quatro meses atrasados. O prefeito de Alto Paraguai, que preside o Consórcio de Saúde, Aldair Alves Moreira, explicou que a administração dos recursos para os hospitais é feita desde 2013 por meio do consórcio. Ele explicou que é o primeiro consórcio com esta atividade, mas com a menor renda per capita do estado.

## Fundo Estadual

A AMM requereu da Secretaria de Estado de Fazenda, no primeiro trimestre, o levantamento de toda a arrecadação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Social de Mato Grosso - FUNEDS, criado em 2010 e extinto por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade, julgada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso. O fundo foi criado através da Lei Estadual Nº 9.484 e regulamentado por meio do Decreto Estadual Nº 526/2011. A lei foi considerada inconstitucional porque viola a exigência de repasse de recursos aos municípios, considerando que parte da arrecadação que integra o Fundo é proveniente de receitas tributárias que deveriam ter sido repassadas às prefeituras. Somente no período de agosto de 2011 a junho de 2012 o valor arrecadado pelo Fundo corresponde a cerca de R\$ 51 milhões.

## ■ AVANÇOS

# Municípios conquistam Fethab

**Repasse de recursos, consolidado por meio de decisão do STF, viabilizou investimento em infraestrutura em várias regiões de Mato Grosso**

O repasse do Fundo Estadual de Transporte e Habitação - Fethab aos municípios é considerado uma das maiores vitórias municipalistas de 2015. A conquista foi consolidada por meio de uma decisão assinada pela ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Webber, em março, após análise de uma reclamação impetrada pela Associação Mato-grossense dos Municípios. O principal argumento utilizado pela AMM era que um juiz de Mato Grosso não

tinha competência para julgar a ação. A suspensão do repasse foi determinada por meio de liminar concedida pelo juiz Gilberto Bussiki, que no dia 30 de dezembro de 2014 atendeu a uma ação impetrada pela Associação de Produtores de Soja e Milho - Aprosoja.

Os repasses começaram a ser efetuados em abril e até dezembro somavam mais de R\$ 200 milhões. Os prefeitos já realizaram várias obras de infraestrutura nos municípi-

os, como recuperação de estradas, bueiros, pontes, além da aquisição de peças para restauração de maquinários, entre outros. Os investimentos também asseguraram o fortalecimento da economia local, além de atender necessidades básicas da população, como melhores condições para o transporte escolar e acesso a outras localidades.

Desde a suspensão do repasse do Fethab, por meio de liminar em dezembro de

2014, a AMM articulou várias ações para viabilizar os recursos para as prefeituras, conforme lei aprovada pela Assembleia Legislativa. Paralelamente às providências na esfera jurídica, a instituição reuniu os prefeitos em sucessivas ocasiões, na AMM, para debater o tema, de extrema importância, considerando que muitas prefeituras já haviam incluído os recursos no orçamento para 2015 e foram surpreendidas pela decisão.

Em março, após o Supremo definir pelo pagamento dos recursos, a AMM realizou uma assembleia geral com a participação dos prefeitos. Na ocasião, foi anunciado como seria feito o pagamento do Fundo às prefeituras. Ficou definido que o primeiro pagamento, referente ao montante arrecadado no mês de março, seria pago no dia 10 de abril, juntamente com a primeira parcela dos recursos dos meses de janeiro e fevereiro.



Gestores estão investindo em obras de infraestrutura, como recuperação de estradas

## AMM participa de reforma do Fethab

**Instituição defendeu repasse de recursos sem deduções aos municípios**

A Associação Mato-grossense dos Municípios participou ativamente das discussões sobre a reforma da Lei nº 7.263/2000, que criou o Fethab. A proposta do Governo do Estado foi enviada à Assembleia Legislativa no dia 10 de dezembro, mesma data em que foi realizada uma audiência pública para discutir o assunto.

Na ocasião, o presidente da AMM, Neurilan Fraga, defendeu que os repasses para os municípios devem ser feitos com base na Lei 10.051/2014, que garantiu metade da arrecadação para os municípios, e não no Decreto nº 2.416, que deduz 17,5% de descontos institucionais para a vinculação da Receita Corrente Líquida, 12% para pagamento da dívida e 10% para pagamento de pessoal e encargos sociais. De acordo com o gestor, por conta dos descontos, os municípios mato-grossenses deixaram de investir R\$ 124.736.789,06 em recupera-



Audiência pública discutiu proposta de mudança no Fethab

ção de estradas não-pavimentadas.

O gestor também avaliou positivamente a matéria enviada ao Legislativo, que prevê

que metade da arrecadação do óleo diesel será repassada para as prefeituras. O texto apresentado também possibilita que a administração

municipal invista parte do fundo em obras urbanas.

Para ampliar o debate junto aos municípios, foi realizada uma reunião na AMM,

em dezembro, com a presença de prefeitos, parlamentares e governo, onde os municipalistas apresentaram nove propostas de emendas ao projeto.

Entre os pontos acordados entre estado e municípios estão a elaboração de uma emenda vinculando o valor agregado e o fator gerador na arrecadação do fundo para evitar a evasão do Fethab; a ampliação de três para sete anos do período máximo de contribuição aos fundos regionais; permissão aos municípios para utilização do fundo no custeio de projetos executivos, técnicos e ambientais para as estradas; participação da AMM no conselho estadual do Fethab; criação de um conselho para acompanhar a aplicação dos recursos por parte da Secretaria de Estado de Cidades (Secid) e alterações de redação sobre o papel dos municípios nos conselhos locais e sobre os limites de aplicação em estradas não-pavimentadas e obras urbanas.

## AVANÇOS

## Economia para os municípios

**Serviços técnicos prestados pela AMM geram mais de R\$ 39 milhões de economia para os cofres municipais**

Os municípios de Mato Grosso economizaram R\$ 39.257.032,00 com os serviços prestados pela Associação Mato-grossense dos Municípios, em 2015. Através da Coordenação de Projetos, a Associação ajudou os municípios associados a garantir R\$ 151 milhões em investimentos de obras. No total, foram elaborados 427 projetos sem nenhum custo adicional às prefeituras, gerando uma economia de R\$ 3.416.000,00 aos cofres municipais. Os projetos atenderam diversas demandas da população, como: projetos de centros de múltiplo uso, capelas, academias ao ar livre, centro de convivência de idosos, praças, urbanização, ilumi-



Eficiência na prestação de serviços foi uma das prioridades da AMM em 2015

nação pública, pavimentação, entre outros.

O presidente da AMM, Neuri-lan Fraga, destacou a grande quantidade de publicações realizadas no Jornal Oficial da AMM, que gerou economia de cerca de R\$ 22 milhões em publicações oficiais.

No campo jurídico, o presidente ressaltou a conquista do rateio do Fundo Estadual de Transporte e Habitação com os 141 municípios. A ação permitiu que as prefeituras aplicassem mais de R\$ 200 milhões na recuperação de pontes e estradas não-pavimentadas de todo o estado. Além dos repasses, a Coordenação Jurídica auxiliou os prefeitos em diversos processos, que custariam R\$ 8.130.580,08 em honorários.

A Coordenação de Desenvolvimento Regional, que reúne as gerências de Apoio, Técnica e Capacitação, promoveu diversas ações regionais e descentralizadas para atender as demandas dos municípios. As iniciativas totalizam R\$ 3.809.212,00.

Em esforço conjunto com o setor de Apoio, a Assessoria Institucional conseguiu junto ao Tribunal de Contas a liberação da certidão negativa para todos os 141 municípios, devido às dificuldades enfrentadas pelas mudanças no Sistema Aplic. Dessa forma, os problemas técnicos não impediram a realização de convênios estaduais. A assessoria gerou economia de R\$ 1.809.000,00.

Além dos diversos serviços, a AMM ainda orientou as prefeituras quanto aos cortes de gastos para enfrentar a crise econômica e representou os municípios em diversas discussões em nível estadual e federal. De acordo com Fraga, hoje a instituição participa das comissões que tratam do ICMS, Simples Nacional, Incentivos Fiscais, Descentralização Ambiental, Resíduos Sólidos e Saneamento Básico. A instituição também desenvolveu várias ações políticas em prol do municipalismo e parcerias com todas as esferas de poder.

17 de Dezembro de 2015 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO X | Nº 2.375

**JORNAL OFICIAL**  
Eletrônico dos Municípios do  
Estado de Mato Grosso

**AMM**

Índice

|                                                               |     |
|---------------------------------------------------------------|-----|
| Conselho Intermunicipal de Saúde do Araguaia                  | 4   |
| Conselho Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé | 4   |
| Conselho Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso      | 5   |
| Prefeitura Municipal de Alto Garças                           | 5   |
| Prefeitura Municipal de Alto Paraguai                         | 6   |
| Prefeitura Municipal de Alto Taquari                          | 13  |
| Prefeitura Municipal de Apicão                                | 16  |
| Prefeitura Municipal de Araguaiana                            | 16  |
| Prefeitura Municipal de Aripuanã                              | 18  |
| Prefeitura Municipal de Aripuanã                              | 19  |
| Prefeitura Municipal de Aripuanã                              | 19  |
| Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço                      | 20  |
| Prefeitura Municipal de Barra do Bugres                       | 20  |
| Prefeitura Municipal de Barra do Garças                       | 20  |
| Prefeitura Municipal de Cáceres                               | 20  |
| Prefeitura Municipal de Campinápolis                          | 20  |
| Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis                 | 20  |
| Prefeitura Municipal de Campo Verde                           | 20  |
| Prefeitura Municipal de Canarana                              | 20  |
| Prefeitura Municipal de Castanheira                           | 20  |
| Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães                 | 20  |
| Prefeitura Municipal de Cuiabá                                | 20  |
| Prefeitura Municipal de Cuiabá                                | 20  |
| Prefeitura Municipal de Colíder                               | 20  |
| Prefeitura Municipal de Confresa                              | 20  |
| Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste                     | 20  |
| Prefeitura Municipal de Corumbá                               | 20  |
| Prefeitura Municipal de Diamantino                            | 20  |
| Prefeitura Municipal de Dom Aquino                            | 20  |
| Prefeitura Municipal de Figueirópolis d'Oeste                 | 20  |
| Prefeitura Municipal de Gaúcho do Norte                       | 20  |
| Prefeitura Municipal de General Carneiro                      | 20  |
| Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte                     | 20  |
| Prefeitura Municipal de Indaial                               | 20  |
| Prefeitura Municipal de Ipanga do Norte                       | 20  |
| Prefeitura Municipal de Itanhanga                             | 20  |
| Prefeitura Municipal de Itapua                                | 20  |
| Prefeitura Municipal de Itapua                                | 20  |
| Prefeitura Municipal de Jangade                               | 20  |
| Prefeitura Municipal de Juara                                 | 20  |
| Prefeitura Municipal de Juara                                 | 20  |
| Prefeitura Municipal de Juazeiro                              | 20  |
| Prefeitura Municipal de Lambari d'Oeste                       | 20  |
| Prefeitura Municipal de Marabá                                | 20  |
| Prefeitura Municipal de Matupá                                | 20  |
| Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste                      | 20  |
| Prefeitura Municipal de Nobres                                | 20  |
| Prefeitura Municipal de Nortelândia                           | 20  |
| Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento           | 163 |
| Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes                     | 168 |
| Prefeitura Municipal de Nova Brasília                         | 169 |

danomunicipal.org.br/arquivos - www.amm.org.br

Assinado Digitalmente



Publicações no Jornal Oficial geraram economia de cerca de R\$ 22 milhões para as prefeituras

## AVANÇOS

# AMM e TCE fortalecem parceria para orientar municípios

**As instituições desenvolveram trabalho conjunto visando contribuir para uma gestão pública eficiente**

A aprovação da maioria das contas de governo e de gestão dos municípios julgadas pelo Tribunal de Contas em 2015 é um dos reflexos do fortalecimento da parceria entre a Associação Mato-grossense dos Municípios e o TCE/MT. As instituições desenvolvem um trabalho conjunto para orientar os municípios, visando contribuir para uma gestão pública eficiente e comprometida com o cidadão.

A AMM acompanha o julgamento e orienta os municípios na defesa e nos apontamentos referentes a eventuais falhas técnicas. O objetivo é ajudar a prefeitura a sanar as pendências para evitar penalidades devido a erros administrativos ou contábeis. O acompanhamento é feito pela assessora



Presidentes da AMM e do TCE ampliaram o diálogo sobre questões municipalistas

de Relações Institucionais, Lieda Rezende Brito.

O presidente da AMM, Neurilan Fraga, mantém um diálogo constante com os conselheiros para ampliar a orientação aos municípios e reforçar o compromisso dos prefeitos em realizar uma administração responsável e transparente.

A parceria entre as instituições também pode ser constatada por meio de outras medidas já deliberadas, como a prorrogação do prazo para envio de infor-

mações do sistema Aplic. A pedido da AMM, o TCE prorrogou os prazos para envio dos dados, documentos e informes referentes à carga inicial e à carga mensal dos meses de janeiro a maio de 2015. A decisão foi unânime entre os conselheiros.

Além disso, o plenário do Tribunal de Contas deu parecer favorável, em agosto, à consulta da Associação sobre a possibilidade de realizar pregões e registro de preços para eventual adesão das prefeituras. A medi-

da visa auxiliar os municípios, principalmente os menores, na aquisição dos produtos com preços menores.

O Sistema de Registro de Preços é um conjunto de procedimentos formais que permitem a contratação de serviços e a compra de produtos por meio de uma única licitação, na modalidade concorrência. Com o parecer favorável, a entidade poderá realizar o registro de preços para eventual adesão dos municípios em quantidades maiores, o que diminuirá os



valores na aquisição de produtos e serviços.

A orientação sobre a aplicação do Fethab também contou com o apoio do Tribunal. Em abril, quando os municípios começaram a receber o repasse do Fundo, a AMM lançou uma cartilha para esclarecer os municípios sobre o correto investimento dos recursos. As diretrizes foram discutidas com o TCE. O Tribunal também é parceiro na capacitação dos servidores municipais, em eventos técnicos realizados pela Associação.

Em novembro a AMM realizou uma consulta ao Tribunal sobre a possibilidade de investimento dos recursos do Fethab em obras urbanas. O presidente do TCE, Waldir Teis, determinou a criação de uma comissão, sob a coordenação do conselheiro Novelli, para estudar o pedido da Associação.

## AMM garante recursos para os cofres municipais

**Instituição articulou inclusão dos convênios firmados em 2013 para avaliação dos restos a pagar não processados**

A Associação Mato-grossense dos Municípios ajudou os municípios a garantirem o recebimento de recursos estaduais e federais, fundamentais para o atendimento das demandas da população. Através de uma articulação junto à



Muitos municípios estão com obras inacabadas

vice-presidência da República, garantiu a alteração do decreto 8.466/2015 para inclusão dos convênios firmados em 2013 para avaliação dos restos a pagar não processados. Com a medi-

da, o montante a ser repassado pelo Governo Federal pode chegar a R\$ 31,5 bilhões, beneficiando todos os municípios brasileiros.

Através da coordenação jurídica e da gerência técnica,

a entidade questionou o parágrafo 5º, do Art 2º, que não deixava clara a inclusão dos valores. Somente na Caixa Econômica os municípios de Mato Grosso têm o equivalente a R\$ 78,1 milhões de Restos a Pagar a receber, relacionados a contratos de repasse junto a vários ministérios, entre eles da Agricultura, Cidades, Turismo e Desenvolvimento Social.

Apesar de muitos municípios terem cumprido com as exigências dos convênios, o Governo Federal não liberou os recursos. De acordo com levantamento da AMM, somente em contratos vinculados na Caixa Econômica são mais de R\$ 49 milhões para 52 municípios mato-

grossenses. O prazo foi prorrogado até o dia 31 de dezembro, pelo Decreto 8.551/2015, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 30 de outubro. Essa foi a terceira extensão de prazo do ano.

O setor jurídico também presta serviços especializados aos municípios associados em outras ações. Sob coordenação da advogada Débora Simone Farias, a equipe orientou as prefeituras através de pareceres, publicações e consultas, além de acompanhar os prefeitos em audiências e órgãos públicos. Somente em recuperação de créditos, foram garantidos mais de R\$ 49 milhões de recursos dos ministérios.

## AVANÇOS

# Projetos fomentam desenvolvimento dos municípios

AMM atendeu prefeituras em diversos setores e várias obras de infraestrutura já estão sendo executadas

Os municípios de Mato Grosso têm uma série de projetos elaborados pela Associação Mato-grossense dos Municípios por solicitação dos gestores. Em obras públicas, são mais de 80 provenientes de convênios encaminhados junto à Secretaria de Cidades, referentes aos anos de 2013 e 2014. Os projetos conveniados são oriundos de emendas parlamentares.

A equipe da Central de Projetos elaborou em 2015 diversos projetos de centros de múltiplo uso, capelas, academias ao ar livre, centro de convivência de idosos, praças, urbanização e iluminação pública, além de outros em andamento de sistema de drenagem e de águas pluviais.

Muitos não são vinculados a emendas e foram executados com recursos próprios das prefeituras. Os gestores também solicitaram da AMM a elaboração de projetos de pavimentação asfáltica, sinalização, drenagem, galerias, dentre outros.

Já na área de Saúde, a equipe elaborou para os municípios os projetos para reforma e ampliação de hospitais, centros de reabilitação, unidades básicas de saúde, centros especializados, postos de saúde e outros.



Muitos projetos aprovados já contam com recursos assegurados

Para o desenvolvimento econômico dos municípios, a Central também elaborou diversos trabalhos no setor de agroindústrias, como latifícios, despachadeira de frutas, fábricas de palmito, aproveitamento da castanha e de outros produtos da

cadeia produtiva, além de abatedouros de aves, bovino, suíno, e também de piscicultura.

A Central tem 27 projetos encaminhados junto à Caixa Econômica Federal que se tornaram contrato de repasse através de convênios firma-



dos com os vários ministérios. Junto ao ministério do Turismo, por exemplo, existem projetos que foram aprovados e que contam com recursos assegurados. São solicitações dos prefeitos, através de emendas parlamentares de 2015.

Os projetos na área de infraestrutura, também solicitados pelos municípios, foram elaborados e protocolados junto a outros órgãos estaduais. Todo o trabalho é supervisionado pela coordenadora Ana Catarina de Souza.

## Parceria com o IAD

A Associação Mato-grossense dos Municípios firmou um termo de parceria com o Instituto de Assistência de Desenvolvimento, em setembro. O diretor do instituto, Alexandro Veiga Rodrigues, explicou que faz gestão da central de projetos com um plano de trabalho que envolve toda a equipe de profissionais. O objetivo é aprimorar o setor com maior eficiência e agilidade nos trabalhos. Toda a equipe está vinculada ao instituto com uma meta e o foco é buscar resultados e diminuir as pendências nos projetos



Em setembro, a Associação Mato-grossense dos Municípios recebeu a visita das representantes da Secretaria de Estado de Governo do Rio de Janeiro, Renata Ignarra, e da Confederação Nacional dos Municípios, Zione Rego. Elas vieram a Cuiabá para conhecer a experiência de sucesso da AMM com a Central de Projetos. O modelo servirá de exemplo para a implantação de uma iniciativa semelhante pelo Governo do Rio de Janeiro. A CNM também deve replicar a iniciativa junto às demais instituições municipalistas brasileiras. A coordenadora do setor, Ana Catarina, lembrou que a eficiência do atendimento é resultado do trabalho integrado entre os diversos setores da instituição e de parcerias com o Governo do Estado, Governo Federal e Caixa Econômica.

## Referência técnica



## PARCERIAS

## Legislativo apoia ações municipalistas

**Grupo de deputados se reuniu na AMM para reforçar parceria e debater prioridades para os municípios**

AMM e Assembleia Legislativa reforçaram a parceria em defesa dos municípios. Parlamentares estaduais estiveram em maio na sede da Associação para tratar de questões municipalistas. O grupo, composto pelo presidente da Assembleia Legislativa, Guilherme Maluf, e os deputados José Domingos e Leonardo Oliveira, foi recebido



Parlamentares e prefeitos falaram sobre questões municipalistas

do pelo presidente da AMM, Neurilan Fraga. O encontro foi acompanhado por prefeitos de diversas regiões do estado.

Maluf disse que a Assembleia vai se aproximar mais dos municípios e principalmente da AMM, que é uma entidade reconhecida. O

presidente da Assembleia citou o programa Assembleia Itinerante, que vai percorrer todas as regiões do estado, como forma de valorizar o Legislativo e ver de perto a realidade dos municípios.

Em relação ao Fundo de Transporte e Habitação -

Fethab, Maluf disse que a AMM deveria estar inserida na comissão que estava discutindo a reformulação do Fethab. Na sua avaliação o estado tem de estar no

rumo do desenvolvimento em todas as áreas. Ele citou que a Assembleia vai devolver ao estado o montante de R\$ 20 milhões, para reverter na compra de 150 ambulâncias que serão repassadas às prefeituras.

Além disso, vai promover um mutirão com os municípios para identificar os problemas mais graves. Maluf garantiu ainda que a Assembleia tem R\$ 1,5 milhão de emendas parlamentares para serem destinadas aos municípios e frisou que tem de carimbar os recursos das emendas. O presidente da AMM parabenizou a iniciativa do deputado Guilherme Maluf por buscar a aproximação com os prefeitos e a integração.

## Descentralização ambiental

A parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente tem o objetivo de apoiar os municípios na descentralização ambiental. Sema e municípios assinaram um Termo de Cooperação Técnica, em setembro, na AMM, durante o 32º Encontro de Prefeitos. A secretária de estado de Meio Ambiente, Ana Luíza Ávila Peterlini, disse que por um ano o estado vai continuar fazendo o licenciamento ambiental de competência dos municípios. Segundo a secretária, nesse período as prefeituras devem se organizar para o trabalho. Ela ressaltou que é necessária a estruturação do conselho municipal de meio ambiente, fundo municipal, entre outras providências.



Victória de Souza

## Diagnóstico sócio-econômico



sócio-econômico dos municípios mato-grossenses. A intenção é criar um banco de dados atualizado e dinâmico, com informações econômicas, sociais, ambientais e de outras áreas sobre os municípios. A reitora da UFMT, Maria Lúcia Cavalli Neder, disse que a universidade tem responsabilidade com o desenvolvimento do estado. Ela citou algumas ações, como os planos municipais de saneamento básico, formação de pessoas, trabalho técnico, entre outros. O Termo foi assinado durante o 32º Encontro de Prefeitos Mato-grossenses.

O termo formalizado entre a Associação Mato-grossense dos Municípios e a Universidade Federal de Mato Grosso, em setembro, visa a realização de um diagnóstico

## Apoio aos profissionais da Saúde

Noventa e nove municípios mato-grossenses assinaram, em maio, durante o "Encontro Telessaúde Mato Grosso: ampliando a difusão do conhecimento", o termo de doação e compromisso para recebimento dos computadores do Telessaúde. Os equipamentos servirão para operacionalização do programa, que visa dar mais suporte especializado online aos profissionais da atenção básica em saúde. O encontro ocorreu na AMM e contou com a participação de prefeitos, secretários municipais e autoridades no assunto. O Telessaúde é uma ação nacional, do Ministério da Saúde, que busca melhorar a qualidade do atendimento e da atenção básica no Sistema Único da Saúde (SUS).



## Carteiras de Trabalho Digitais

O superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso, Eduardo Driemeyer, e o presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, prefeito de Nortelândia, Neurilan Fraga, assinaram o termo de compromisso, em maio, visando a emissão de carteiras de trabalho digitais. O documento é uma exigência do Ministério do Trabalho em todo o território nacional. Conforme explicou Driemeyer, 50% dos prefeitos já tinham aderido ao termo de compromisso para implantar o sistema nos municípios. Ele informou ainda que já foram realizadas parcerias com Câmaras Municipais e a Assembleia Legislativa para a prestação do serviço para a população. As carteiras estão sendo expedidas também no Sistema Nacional de Emprego (Sine), em postos de identificação cadastrados.

## Integração Digital



os gestores fazerem a integração digital dos filhos de famílias de baixa renda. O Termo foi assinado durante o 32º Encontro de Prefeitos Mato-grossenses, em setembro. O presidente da AMM, Neurilan Fraga, disse que é preciso, cada vez mais, fortalecer as relações com os órgãos governamentais, poderes constituídos, para desenvolver e consolidar um trabalho que vai beneficiar toda a comunidade.

Através de Termo de Cooperação, o Tribunal Regional do Trabalho efetivou a doação de material audiovisual, como CDs e DVDs para os municípios. O presidente do TRT, desembargador Edson Bueno, disse que o Tribunal pretende fortalecer a aliança com os prefeitos para introduzir a concessão de computadores para

## Oficina de assistência técnica



Os secretários e gerentes de convênios dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá participaram, em julho, na AMM, da oficina de assistência técnica promovida pela Associação Mato-grossense dos Municípios e Caixa Econômica Federal. O objetivo da ação foi capacitar os profissionais das prefeituras que atuam nos contratos, convênios e execução de obras para agilizar os processos e evitar perdas de recursos. Representantes dos municípios que integram os demais consórcios participaram da capacitação de julho a outubro. As oficinas foram possibilitadas por meio de um acordo de cooperação técnica firmado entre a AMM e a Caixa Econômica.

## CRISE

# AMM recomenda contenção de gastos aos municípios

Instituição propôs medidas de austeridade para minimizar efeitos da crise econômica

A crise que afetou o país em 2015 e o cenário recessivo da economia brasileira geraram reflexos negativos nos municípios mato-grossenses. Além de queda na arrecadação, muitas prefeituras tiveram dificuldades para quitar a folha de pagamento. Muitas pagaram salários com a arrecadação do mês subsequente. Os municípios também enfrentaram outros desafios, como obras paralisadas, subfinanciamento de programas e recursos insuficientes para investimentos.

Considerando o contexto econômico desfavorável, a Associação Mato-grossense dos Municípios recomendou aos prefeitos, em setembro, algumas medidas de austeridade para enfrentar o período turbulento. O presidente da AMM, Neurilan Fra-



Crise agravou dificuldades financeiras dos municípios

**CRISE PENALIZA MUNICÍPIOS**

**Menos saúde, menos educação, menos obras de infraestrutura, menos investimentos para a população.**



ga, disse que há anos os municípios enfrentam dificuldades, que só agravaram com o cenário nacional de crise que afetou as mais de cinco mil cidades brasileiras. Ele frisou que é preciso cortar gastos para fechar as contas, sob pena de um iminente colapso financeiro, que poderá afetar ainda mais a população.

Entre as medidas recomendadas pela AMM, destacam-se as seguintes: corte de gastos, que pode ser concretizado através das reduções do salário do prefeito e vice-

comissionados (DAS), da remuneração dos cargos remanescentes, da jornada de trabalho nas prefeituras, exceto em áreas essenciais, dos recursos repassados para as câmaras municipais, da carga horária no Programa de Saúde da Família - PSF, do transporte escolar, além do corte de horas extras para servidores efetivos e a suspensão de ajuda financeira para entidades conveniadas, entre outras providências.

#### Estudo técnico

De acordo com estudo realizado pela equipe técnica da AMM, a previsão era de retração do PIB do país de 2,5% em 2015 e aumento do desemprego para 9%. Os primeiros meses do ano confirmaram a redução do emprego em todos os setores da economia, como comércio, indústria, serviços e agropecuária, queda nas vendas do

comércio de forma geral, aumento da inadimplência tanto das famílias quanto das empresas e queda nas exportações de produtos agrícolas. A redução na arrecadação dos tributos federais, estaduais e municipais era considerada consequência natural da forte retração na atividade econômica do país e do estado de Mato Grosso.

O anúncio da retirada do selo de bom pagador do Brasil, feito por uma das maiores agências de avaliação de risco de crédito do mundo, ajudou a piorar ainda mais as incertezas fiscais e econômicas do país. Aliado a isso, o governo federal enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei orçamentária para o exercício de 2016 com um déficit de mais de R\$ 30 bilhões, sinalizando dificuldade de cumprir repasses voluntários básicos para os municípios brasileiros.

## EVENTOS

# 32º Encontro de Prefeitos debate crise nos municípios

**Evento foi realizado em setembro e contou com a participação de gestores de todo o estado**

O reflexo da crise financeira nos municípios foi um dos principais temas debatidos no 32º Encontro de Prefeitos, realizado em setembro, na Associação Mato-grossense dos Municípios. O presidente da AMM, Neurilan Fraga, destacou que é necessária a união entre os entes federados para superar as dificuldades e citou algumas prioridades, como o repasse do Fundo de Apoio às Exportações – FEX, dos restos a pagar, cuja transferência é considerada essencial para finalizar obras em várias cidades, a complementação do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, além de correções nas transferências para custeio do transporte escolar, entre outras pautas.

O governador Pedro Taques participou do evento e criticou a atual divisão do bolo tributário, onde as prefeituras ficam com a menor parte dos recursos e a maior



Presidente da AMM destacou que é necessária a união entre os entes federados para superar as dificuldades

parte das atribuições. Ele lembrou que na Alemanha, que também é uma federação, 50% dos tributos arrecadados vão para os municípios e isso repercute nos serviços de Segurança, Saúde, Educação e Infraestrutura.

Sobre as mudanças no Fethab, Taques prometeu que o novo modelo não reduzirá o montante repassado aos municípios. O gestor ainda afirmou que o governo está aberto para as sugestões dos prefeitos. “Não deixarei os prefeitos para trás, estamos juntos nesse caminho”, assinalou.

O ministro de Cidades, Gilberto Kassab, falou por telefone com os participantes do encontro. Ele ressaltou que o Ministério das Cidades está aberto para desenvolver parcerias com os municípios, principalmente no campo da infraestrutura.

O presidente da Assembleia Legislativa, Guilherme Maluf, disse que para enfrentar a crise é preciso criatividade e união. O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso, Antonio Joaquim, disse que em uma situação de crise não há saída se não houver responsabilidade

política, com postura de enfrentamento do problema, colocando o interesse público acima de qualquer outro.

O deputado federal Ezequiel Fonseca, líder da bancada de Mato Grosso, disse que além da crise econômica, há a crise política, que deve ser resolvida primeiro. Ele citou uma agenda mínima em tramitação no Congresso, como o PL nº 04, que trata dos restos a pagar.

A assinatura de Termos de Cooperação Técnica com a Universidade Federal de Mato Grosso, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, e Tribunal Regional do Trabalho também integrou a programação do Encontro.



Prefeitos participaram amplamente das discussões

## Ex-prefeitos poderão se candidatar à presidência da AMM

Prefeitos que participaram da Assembleia Geral convocada pela AMM, em setembro, deliberaram sobre mudanças no estatuto da Associação e aprovaram a candidatura de ex-prefeitos à presidência da instituição. Os gestores definiram, ainda, os critérios para validar a candidatura ao cargo, que também continuará a ser disputado por prefeitos no exercício do mandato.

De acordo com as deliberações, os ex-prefeitos terão que atender algumas exi-

gências, como dedicação exclusiva à atividade, em tempo integral. O ex-gestor só poderá ser reeleito uma vez, e terá que ter mantido contrato de filiação à instituição por, no mínimo, dois anos ininterruptos, no período em que tenha exercido o mandato.

Além disso, é necessário que o candidato apresente condições de elegibilidade, e não pode ter processos na justiça. A chapa com os membros da diretoria a ser registrada deverá ser com-



Assembleia Geral foi realizada durante 32º Encontro de Prefeitos

posta por prefeitos no exercício do mandato. As mudanças também preveem a remuneração do ex-prefeito que se tornar presi-

dente. Essa regra não se aplicará ao prefeito com mandato, que na condição de dirigente da Associação não receberá salário.

A Assembleia Geral também deliberou sobre o período eleitoral na instituição. No primeiro biênio do mandato de prefeito, a eleição e a posse na AMM ocorrerão em janeiro. No segundo biênio, a eleição será realizada em dezembro e a posse em janeiro.

O Fethab foi outro assunto tratado na reunião. O secretário de estado de Infraestrutura, Marcelo Duarte, garantiu que não haverá redução dos valores do Fundo repassado aos municípios. A

Assembleia Geral foi realizada durante o 32º Encontro de Prefeitos, promovido pela AMM com a participação de gestores de todo o estado.

## EVENTOS

# Encontro jurídico ampliou debate sobre questões municipais

**O objetivo do evento foi promover o diálogo e a troca de experiências, buscando soluções e alternativas para a administração municipal**

Temas de grande importância para os municípios estiveram em debate, em junho, durante o I Encontro dos Assessores Jurídicos Municipais. O evento contou com a presença de representantes das prefeituras, que participaram de uma ampla programação sobre assuntos pertinentes à gestão municipal. O encontro foi realizado pela AMM, coordenado pela Diretoria Jurídica, e apresentou painéis sobre a Judicialização da Saúde em Mato Grosso, Ações do Tribunal de Justiça através da Comissão Estadual sobre Drogas Ilícitas, além da apresentação das ações jurídicas



A orientação aos técnicos das prefeituras é uma das prioridades da AMM

que foi a mediadora do painel, salientou que os municípios não desejam deixar de aplicar em Saúde e que a área continua sendo prioridade para os gestores. Para a advogada, a

O painel Ações do Tribunal de Justiça através da Comissão Especial sobre Drogas Ilícitas e a proposição de Planos Municipais de Combate às Drogas contou com a participação do desembargador Marcos Machado. O magistrado, que é coordenador da comissão, disse que existe um grande problema social causado pela dependência química. Ele ressaltou que é necessário construir políticas claras de combate às drogas.

As ações Jurídicas da AMM em favor dos municípios de Mato Grosso também foram apresentadas pelo corpo técnico da coordenação jurídica, durante o Encontro. O objetivo do evento foi promover o diálogo e a troca de experiências, buscando soluções e alternativas que contribuam com a administração municipal. A orientação dos servidores das prefeituras é uma das prioridades da AMM, que investe na preparação e atualização das equipes técnicas visando tornar a gestão municipal cada vez mais eficiente.

da AMM e mesa de debates e orientações.

O presidente da AMM, Neurilan Fraga, destacou que a saúde é um dos principais problemas dos gestores, considerando a carga de atribuição incompatível com os recursos recebidos para atender a demanda. Fraga salientou que a judicialização onera os cofres das prefeituras, considerando que o atendimento hospitalar, via liminar, tem um custo muito alto.

O painel sobre Judicialização da Saúde reuniu representantes do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública para debater as competências de cada ente envolvido no assunto. O tema integrou a programação do evento devido ao grande número de processos judiciais que os municípios têm sofrido para atendimento de saúde de média e alta complexidade.

A diretora jurídica da AMM, Débora Simone Farias,

urgência é que se dê clareza às competências de cada ente e que essa divisão seja feita nas ações do judiciário.

Durante o encontro foi proposta a criação de uma comissão técnica com a participação de assessores jurídicos de diferentes regiões, para tratar dos casos de judicialização da saúde, que vêm ocorrendo, quando os prefeitos são notificados para arcar com os custos de tratamentos dentro ou fora do município.



Coordenadores da AMM enfatizaram a importância do curso, que apontou caminhos para os municípios ampliarem as receitas próprias

## Curso orienta sobre incremento de receitas municipais

**Capacitação possibilitou a atualização dos servidores sobre as práticas de administração tributária**

As possibilidades de incremento das receitas municipais foram apresentadas no curso "As receitas próprias e a arrecadação municipal - como aumentar as receitas próprias". A capacitação foi realizada em outubro, na AMM. O objetivo foi possibilitar a atualização profissional dos servidores municipais sobre as práticas de administração tributária e fomentar a arrecadação municipal dentro das regras legais. As capacitações são um dos pilares da diretoria da AMM, desenvolvidas por meio da coordena-

doria de Desenvolvimento Regional, que procura atender as principais demandas das prefeituras.

O instrutor foi o consultor tributário sênior, Luiz Antônio Ribeiro. O consultor afirmou que, para enfrentar o momento de crise econômica, política e moral pelo qual passa o Brasil, os gestores devem adotar posturas mais dinâmicas e inovadoras. Ele disse que criar novos tributos não resolve a situação, é preciso que a prefeitura trabalhe adequadamente com as possibilidades já existentes.

O Imposto Territorial Rural - ITR também foi abordado durante a capacitação. Foram explanados assuntos referentes à municipalização da cobrança, lançamento e fiscalização do Imposto. A mesa redonda que tratou do assunto contou com a participação da consultora da Confederação Nacional dos Municípios, Fabiana Santana, e os fiscais que integram o grupo de trabalho do

ITR, Edigar Cavalcante Lagoa, Analucia Ramos dos Santos, Babieri Pere Pelissari e Franciele Pereira Joaquim.

Na ocasião, a representante da CNM alertou os participantes para o cumprimento integral dos requisitos estabelecidos pelo convênio com a Receita Federal, para não correr o risco de ter o convênio denunciado. Ela disse que o município deve destacar um servidor efeti-

vo específico de lançamento e constituição de crédito tributário para realizar o treinamento da Esaf e acessar o Portal ITR.

Os coordenadores da AMM, Aparecida Chiodi e Renaldo Loffi, representaram a instituição no curso e enfatizaram a importância da capacitação, que apontou caminhos para os municípios ampliarem as receitas próprias. As capacitações são um dos pilares da atual diretoria da AMM, desenvolvidas por meio da coordenação de Desenvolvimento Regional, que procura atender as principais demandas das prefeituras.

## EVENTOS

# AMM orienta sobre mudanças na contabilidade pública

**Alterações já estão em vigor e os municípios que não se adequarem poderão ter suas contas reprovadas**

As mudanças introduzidas pela Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público foram debatidas em um curso realizado pela Associação Mato-grossense dos Municípios, no auditório da instituição. A capacitação foi realizada em agosto, com carga horária de 16 horas. Cerca de 230 servidores municipais participaram do curso, destinado a contadores públicos e técnicos do Sistema Aplicado das prefeituras.



Capacitação reuniu servidores de vários municípios mato-grossenses

Entre as principais alterações que constam no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), destacam-se as seguintes: adoção de um plano de contas único para União, estados e municípios; novos demonstrativos contábeis; adoção de novos procedimentos, tais como depreciação, amortização, provisões, implantação de sistema de custos, entre outros.

O curso foi ministrado pelo mestre em Contabilidade, João Eudes Bezerra Filho, que é membro do grupo de estudos elaborador das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - CFC. A capacitação foi realizada pela AMM em parceria com uma empresa de tecnologia.

O presidente da AMM, Neurilan Fraga, destacou a importância da capacitação dos técnicos das prefeituras. Ele disse

que a Nova Contabilidade é mais um desafio que deve ser superado pelas administrações municipais. As mudanças já

estão em vigor e os municípios que não se adequarem poderão ter suas contas reprovadas pelo Tribunal de Contas.

## Seminário debate fortalecimento dos consórcios intermunicipais

**AMM está empenhada em resgatar os consórcios, que possibilitam o desenvolvimento regional sustentável de forma mais ágil**

A importância dos consórcios intermunicipais de desenvolvimento econômico para o combate das desigualdades regionais foi enfatizada na abertura do seminário Ações práticas para o fortalecimento dos consórcios, realizado pela Associação Mato-grossense dos Municípios, em julho. O evento teve uma ampla programação e contou com a participação de prefeitos e secretários executivos de consórcios.

O presidente da AMM, Neurilan Fraga, disse que a instituição está empenhada em resgatar os consórcios, que possibilitam o desenvolvimento regional sustentável de forma mais ágil. Fraga, que participou do processo de criação dos 15 consórcios mato-grossenses quando integrava a equipe do governo do estado, lembrou que as reuniões contavam com a participação de pelo menos

um secretário estadual. A intenção é dar continuidade a essa prática para ampliar o debate sobre as questões regionais.

O secretário de Articulação e Desenvolvimento Regional, Eduardo Moura, confirmou o interesse do governo do estado em participar do trabalho e ser parceiro da AMM. Ele disse que a reativação dos consórcios é um interesse comum entre a AMM e governo.

O secretário de Relações Institucionais da Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República, Helder Jordão, também ressaltou que os consórcios são importantes aliados dos municípios, principalmente em áreas onde os entes federados não têm condições de atuar sozinhos.

O seminário foi realizado pela AMM, por meio da Coordenação de Desenvolvimento



AMM reuniu prefeitos e secretários executivos para debater ações práticas para desenvolver consórcios

Regional da instituição. O coordenador Renaldo Loffi salientou a importância da presença dos prefeitos e secretários executivos no evento.

### Programação

O seminário contou com uma ampla programação, que incluiu a apresentação dos seguintes temas: Ações práticas para Fortalecimento dos Consórcios; Experiência dos Consórcios de Minas

Gerais; Exposição de "Case Exitoso" das Ações dos Secretários Executivos de Consórcios de Minas Gerais; O olhar federativo sobre a importância dos Consórcios, Desenvolvimento Regional do Estado de Mato Grosso; Apresentação e Abordagem da Importância do PMMS; Ações para acesso ao SIM/SUSAF; Apresentação de Metodologia e Financiamento para elaboração de Planos Municipais de Saneamento

em Mato Grosso; Apresentação do Plano SAFRA e Agenda de visitas nos Consórcios para ação com os Produtores; Apresentação e Assinatura Simbólica do Termo de Cooperação Técnica para Regularização Fundiária; Caixa Econômica Federal - Projeto de Oficina e Assistência Técnica com os Consórcios - 2015; Programa Prefeito Empreendedor do SEBRAE;

Atividades da CGU em apoio aos Municípios de Mato Grosso, Usina e tratamento de resíduo sólido; Conselho de Segurança Alimentar - Consea; Tecnologia de GEO para atender os Municípios; Descentralização das Licenças Ambientais; Programa de Qualificação na Gestão Ambiental, e Linhas de Crédito para Investimento nos Municípios. Além do ciclo de palestras a programação também incluiu a reunião técnica dos presidentes e secretários de consórcios.

## EVENTOS

## Capacitação de comitês



Foi realizada em outubro, na AMM, a primeira capacitação dos comitês coordenador e executivo que vão atuar em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso para a elaboração dos planos municipais de saneamento básico. O objetivo da oficina foi integrar os membros dos comitês com a equipe técnica executora para as ações do Plano de Mobilização Social, que é o primeiro produto do PMS. Participaram dessa etapa os municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Cuiabá e foram contemplados com os recursos da Fundação Nacional de

Saúde. Os demais consórcios participaram da capacitação nos meses de outubro e novembro. A escolha de trabalhar a elaboração dos planos via consórcio se deu pela possibilidade de realizar ações conjuntas nas regiões.

## Plano de metas



O 1º Workshop de Municípios Sustentáveis, realizado em maio, em Cuiabá, teve o objetivo de esclarecer as dúvidas dos gestores municipais a respeito do Novo Código Florestal, Lei nº 12.651/12, e auxiliar na elaboração do plano de metas das prefeituras. A realização foi do Governo do Estado, em parceria com o Comitê Gestor do Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis, que conta com a participação da AMM. O PMS visa fortalecer a economia local, melhorar a governança pública e a segurança pública, além de promover a conservação dos recursos naturais, a preservação ambiental e reduzir as desigualdades sociais. O Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis foi lançado em maio de 2014, durante o 31º Encontro de Prefeitos.

## Perfil da agricultura familiar

Concentrar os dados disponíveis sobre a agricultura familiar para a criação de uma central dinâmica de informações do estado. É com esse propósito que a AMM, o Governo do Estado, representantes dos Consórcios Intermunicipais e diversas entidades ligadas ao assunto se reuniram, em novembro, durante o Workshop Perfil da Agricultura Familiar de Mato Grosso. Durante o Workshop foram compartilhados dados sobre a economia, a sociedade e o território de Mato Grosso, que irão compor um perfil que subsidiará o poder público no



planejamento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar mato-grossense. Na abertura dos trabalhos, a AMM foi representada pelo coordenador de Desenvolvimento Regional, Renaldo Loffi. Ele salientou que a Associação já está realizando um trabalho de levantamento de dados junto aos 141 municípios sobre a situação da gestão da agricultura familiar.

## Municípios sustentáveis



A elaboração de um plano de ação para auxiliar na implementação do Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis - PMMS foi discutida em julho, durante reunião na Associação Mato-grossense dos Municípios. Participaram representantes de várias organizações não governamentais, entre outras instituições. O objetivo do programa é promover o desenvolvimento sustentável dos municípios da Amazônia Mato-grossense através do fortalecimento da economia local, da melhoria da governança pública municipal, da promoção da segurança jurídica, da conservação dos recursos naturais e recuperação ambiental, além da redução das desigualdades sociais. A AMM é uma das instituições que integram o comitê gestor do programa, que também conta com a participação de oito consórcios intermunicipais de desenvolvimento econômico, entre outras entidades.

## Capacitação sobre o ITR



A Associação Mato-grossense dos Municípios, em parceria com a Receita Federal, realizou o Seminário sobre Arrecadação do Imposto Territorial Rural. O evento, que ocorreu em junho, reuniu fiscais do tributo de municípios que já firmaram o convênio de municipalização. Mais de 80 prefeituras associadas enviaram servidores para a capacitação, que teve como objetivo sanar as dificuldades que os servidores têm encontrado no trabalho de gestão e fiscalização do ITR. O seminário foi formatado após uma reunião com o grupo de trabalho, composto por fiscais de tributos de oito municípios que já estão operacionalizando o convênio. O chefe de fiscalização da Receita Federal, Gelson Schuendler, e o supervisor do imposto na delegacia de Cuiabá, Felipe Megiolaro, foram os facilitadores do Seminário. A AMM foi representada na capacitação pela chefe de gabinete, Eulália Oliveira, e pela gerente técnica, Lisibete Santiago.

## Desenvolvimento do Centro-Oeste

O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Neurilan Fraga, participou, em abril, no Palácio Paiaçu, da segunda reunião do Comitê de Articulação das Secretarias de Estado da Área de Atuação da Sudeco, com a presença do superintendente da Sudeco, Cleber Ávila, dos secretários de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, prefeitos de Carlinda, Cláudia e Apicás, entre outros. A reunião discutiu a atração de investimentos públicos e privados para a região Centro-Oeste. Durante o encontro, o secretário de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso, Seneri Paludo, informou que não há como implementar a economia do estado sem a participação dos municípios. O presidente Neurilan sugeriu a participação da AMM na reformulação da lei de incentivos fiscais.

## EVENTOS

## Conferências territoriais

A Associação Mato-grossense dos Municípios participou das etapas territoriais e intermunicipais da 2ª Conferência Nacional de Ater. A AMM mobilizou, através da Coordenação de Desenvolvimento Regional, as prefeituras para participarem das discussões, que têm como objetivo diagnosticar a situação do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural no estado, levantando dados para as conferências estadual e nacional, visando fortalecer a agricultura familiar e a reforma agrária em todo o estado. O gerente de Desenvolvimento Regional da AMM, José Antônio Pinheiro, explicou que a instituição foi convidada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, para participar das reuniões organizadas pela superintendência regional do MDA e Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (Seaf). As etapas territoriais e intermunicipais foram realizadas em novembro e dezembro em vários municípios.

## Novas metas



O Comitê de Investimentos do Programa AMM-Previ, da Associação Mato-grossense dos Municípios, reuniu-se em outubro para discutir assuntos de interesse dos Regimes Próprios de Previdência Social. O comitê é responsável por discutir e sugerir áreas de investimentos para os fundos dos institutos que aderiram ao programa. Após uma breve apresentação sobre o panorama econômico atual, os participantes aprovaram o estatuto do Comitê e deliberaram sobre as próximas reuniões. O grupo é composto por um representante do AMM-Previ, da Agenda Assessoria, do Banco do Brasil e dos RPPSs de Barra do Bugres, Aripuanã e Curvelândia. Uma das bandeiras será a sensibilização dos membros dos conselhos municipais para a necessidade de capacitação do pessoal.

## Agricultura familiar

Equipe da Associação Mato-grossense dos Municípios percorreu vários municípios para esclarecer sobre a mudança na lei do Sistema Unificado de Sanidade Agroindustrial Familiar de Pequeno Porte – Susaf, que visa garantir a qualidade do produto das agroindústrias familiares e de pequeno porte, por meio de orientação, instrução e edição de normas técnicas. A mudança prevê que, para aderir ao Susaf, o município deve ter criado a lei do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, mas poderá ter o serviço de fiscalização das agroindústrias prestado pela equipe técnica de um consórcio. A equipe da AMM também já percorreu alguns municípios para esclarecer sobre a importância da instalação do SIM e para orientar sobre os procedimentos a serem adotados. A orientação aos secretários municipais de Agricultura é considerada fundamental para esclarecer dúvidas e para contribuir para a transformação da realidade local.

## Operacionalização do Siconv



O Curso de Capacitação em Sistema de Gestão de Convênios, promovido pela Associação Mato-grossense dos Municípios e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal, através do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental para os municípios do bioma Amazônia, foi realizado em agosto. A capacitação foi ministrada pela mestre em Gestão do Conhecimento, Leene Marques. O objetivo foi facilitar a operacionalização de convênios por meio do Siconv, desde a identificação do programa e inclusão da proposta, até a prestação de contas do convênio. O Siconv é uma ferramenta eletrônica que reúne e processa

informações sobre as transferências de recursos do Governo Federal para órgãos públicos e privados sem fins lucrativos. Esse repasse acontece por meio de contratos e convênios destinados à execução de programas, projetos e ações de interesse comum.

## Apoio ao Hospital de Câncer

O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Neurilan Fraga, e o presidente do Tribunal de Contas, Waldir Teis, visitaram o Hospital de Câncer, em novembro, para conhecer o atendimento oferecido aos pacientes de diversas regiões do estado. Na ocasião, o presidente do hospital, Laudemir Moreira Nogueira, apresentou as instalações e informou que enfrenta dificuldades financeiras para atender a demanda de pacientes que vêm de todos os municípios. O presidente da AMM disse que vai mobilizar os prefeitos para visitar e conhecer a realidade do hospital. Ele sugeriu a realização de um convênio entre cada prefeitura e o hospital para que os municípios possam contribuir diretamente.



## Comitê gestor

O Comitê Gestor do Programa de Municípios Sustentáveis se reuniu em outubro, na Associação Mato-grossense dos Municípios, para debater questões estruturais do programa e deliberar sobre as próximas ações a serem implementadas. Participaram das discussões representantes das instituições que integram o comitê, que conta com a participação da AMM. Durante a reunião foram discutidos vários pontos que vão delinear um planejamento do programa para todo o estado. As ações desenvolvidas estão relacionadas ao fortalecimento da gestão ambiental, à regularização ambiental e fundiária e ao fortalecimento das cadeias produtivas da agricultura familiar.



## TRANSPARÊNCIA

# AMM prioriza comunicação com a sociedade

Associação investiu em campanhas e publicações para esclarecer munícipes e divulgar ações institucionais

A comunicação com a sociedade foi priorizada pela Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM em 2015 por meio de iniciativas que informaram a população sobre ações desenvolvidas pela entidade e pelos municípios.

Para levar ao conhecimento público como os municípios estavam investindo os recursos do Fethab, a AMM lançou uma campanha publicitária com o tema “Municípios prestando contas a Mato Grosso”. A campanha foi veiculada por meio de outdoors, instalados em ruas e avenidas de Cuiabá e Várzea Grande. As imagens divulgaram

serviços executados pelos municípios, como a recuperação de estradas e pontes.

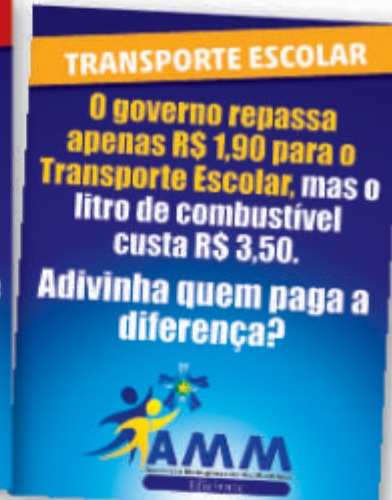
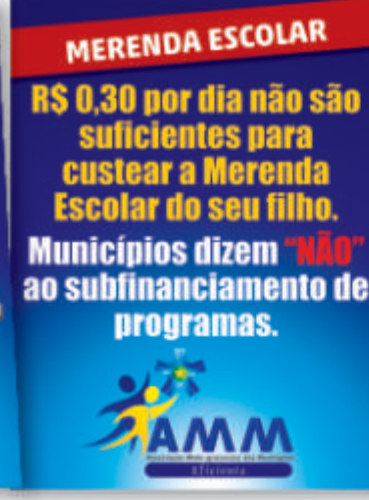
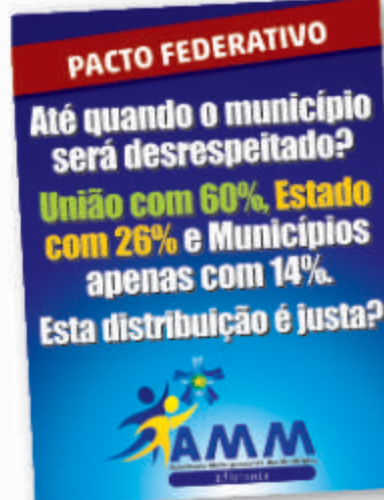
A campanha publicitária foi deflagrada para garantir a transparência na aplicação dos recursos públicos e para assegurar o compromisso de aplicar o Fethab de forma eficiente. O reforço financeiro foi considera-

do muito importante para a recuperação e manutenção de estradas, uma das principais deficiências verificadas nos municípios.

No segundo semestre de 2015 a AMM realizou uma campanha de divulgação das principais reivindicações da pauta municipalista. A ação foi veiculada por

meio de cartazes afixados em caminhões munck nas principais avenidas de Cuiabá. O objetivo foi massificar os pleitos e demandas para que a sociedade tivesse conhecimento das dificuldades do poder público municipal. A campanha abordou os seguintes temas: transporte escolar,

merenda escolar, crise financeira, Pacto Federativo e Fundo de Apoio à Exportação – FEX. A intenção foi levar aos mato-grossenses informações sobre a situação dos municípios, que são cada vez mais penalizados com muitas atribuições e poucos recursos.



AMM também apresentou principais reivindicações da pauta municipalista



Campanha divulgou serviços executados pelos municípios com recursos do Fethab



## Publicação especial

O investimento dos municípios em infraestrutura, viabilizado com recursos do Fethab foi um dos destaques do informativo elaborado pela AMM, em junho. A publicação especial foi distribuída em todo o estado e apresentou várias obras de infraestrutura nos municípios, como recuperação de estradas estaduais e vicinais, bueiros, pontes, entre outros. O informativo mostrou que as obras já são realidade nos municípios, garantindo trafegabilidade e desenvolvimento local. O conteúdo apresentou, ainda, um breve balanço das ações implementadas para garantir o repasse dos recursos, bem como a sua aplicação. A publicação relata, ainda, a vitória no Supremo Tribunal Federal, que garantiu a liberação dos recursos às prefeituras, além das ações da Associação para esclarecer sobre a aplicação do Fundo, como o lançamento da cartilha que orienta sobre os investimentos dos recursos, entre outros assuntos.



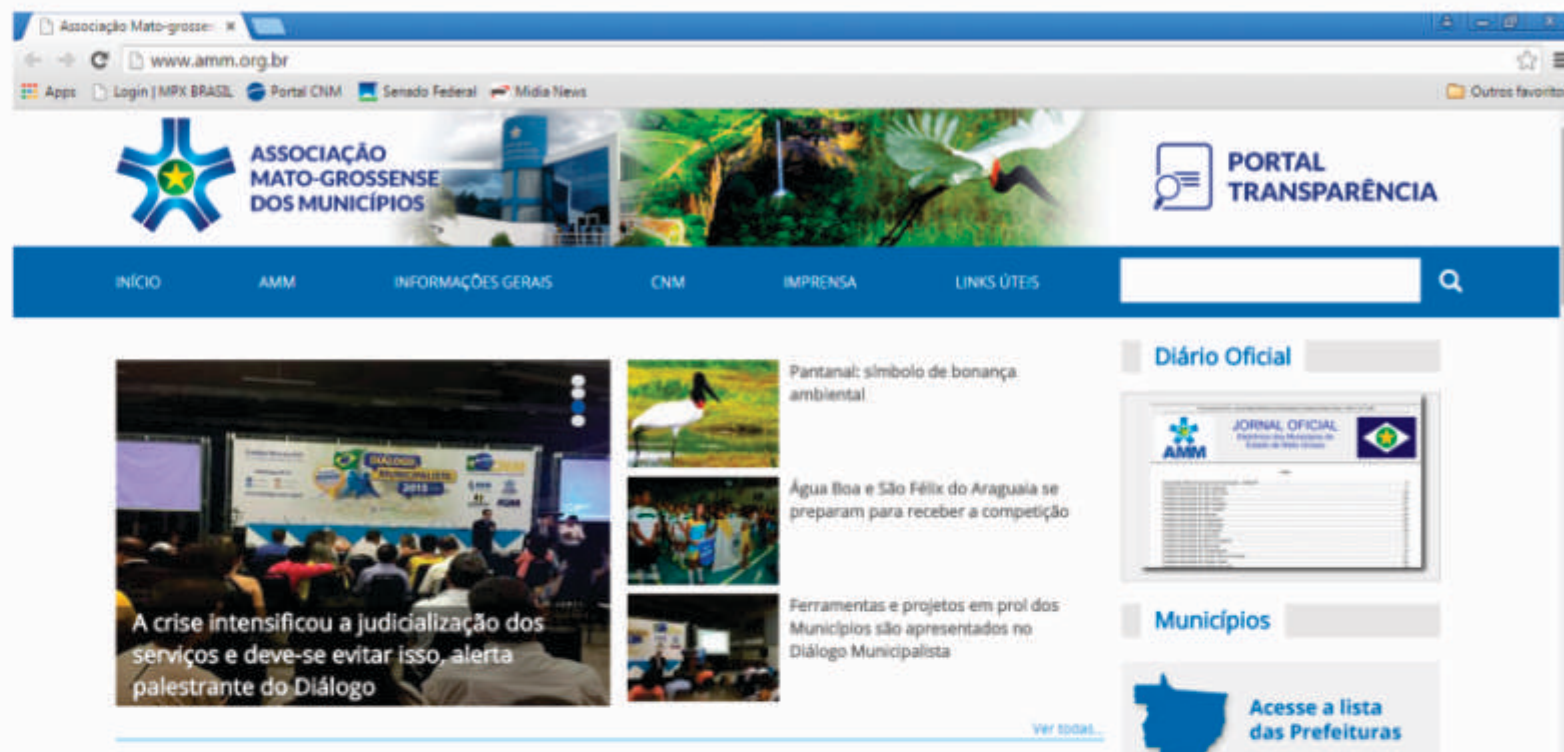
## TRANSPARÊNCIA

# Novo site amplia divulgação das ações da AMM

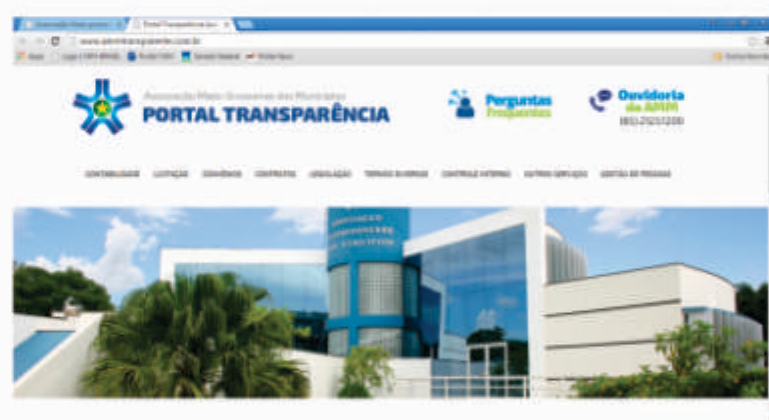
Entre as novidades da ferramenta está o Portal Transparência e a ampliação do espaço para notícias

A Associação Mato-grossense dos Municípios lançou, em setembro, o novo site da instituição, com um layout mais moderno e funcional, para melhor atender as necessidades dos municípios. Entre as novidades da ferramenta está o portal transparência da AMM e o acesso aos portais das prefeituras, onde os cidadãos poderão acompanhar a aplicação dos recursos públicos e obter informações quanto à execução de despesas. Os órgãos fiscalizadores exigem mais transparência e acesso à informação ao usuário, que deve dispor de informações claras e simplificadas.

A nova ferramenta amplia a divulgação de notícias e dispõe de espaço para banners, vídeos, redes sociais, calendário de eventos, cursos, galeria de imagens, links para os sites das prefeituras, Jornal Oficial dos Municípios, entre outras informações. O site foi desenvolvido pela MPX Brasil Web Sites, por meio de parceria com a Associação. A empresa também desen-



Novo site tem mais espaço para divulgação de notícias da AMM e dos municípios



Portal Transparência disponibiliza informações contábeis e administrativas da AMM

volvou o portal transparência da AMM e de vários municípios. O trabalho foi acom-

panhado pela equipe da gerência de comunicação da instituição.

O portal transparência atende a Lei 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, que tem como objetivo informar a sociedade como são empregados os recursos públicos e as respectivas ações governamentais em todas as esferas. Por meio de consulta é possível obter informações de receitas, despesas, gráficos, contas públicas, contabilidade, contratos, convênios, planejamento LDO, LOA, PPA, gestão de pessoas, legislação, todos os processos licitatórios, modalidade, órgão licitante, número do edital e objeto.

Além disso, são fornecidos os valores de lance da empresa vencedora.

O site institucional está disponível para acesso de qualquer plataforma, inclusive, smartphones e tablets. A hospedagem é em uma infraestrutura de data center projetado nos melhores padrões de segurança, refrigeração e conexões de rede e energia redundantes, projetado para garantir que tudo esteja sempre online 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano, oferecendo suporte e estabilidade para as principais linguagens atuais.

## Merenda Escolar



## Painéis de divulgação

Em 2015 a AMM passou a contar com um espaço fixo de divulgação das ações da instituição que tenham repercussão junto às prefeituras. A AMM instalou, em julho, uma estrutura com dois painéis tamanho 6x2,5 metros na frente da entidade para garantir maior visibilidade aos visitantes e demais pessoas que trafegam pela avenida que dá acesso à sede da Associação. Os painéis são fixos, mas os temas abordados serão atualizados periodicamente. O Fethab e o subfinanciamento de programas federais foram os primeiros dois temas abordados na mídia. Os temas darão ênfase às demandas municipalistas ou outros assuntos que repercutam na administração pública municipal.

O subfinanciamento de programas federais foi um dos primeiros temas abordados

## SOCIALIZAÇÃO

# AMM solidária e integrada

Instituição fomentou integração dos funcionários e participação em campanhas de solidariedade



Funcionários da AMM aderiram à Campanha de Doação de Medula Óssea

Ações solidárias e de integração da equipe de colaboradores foram desenvolvidas durante o ano. A diretoria da AMM fortaleceu os projetos já realizados e fomentou novas atividades colaborativas e de socialização. Além da confraternização em datas comemorativas, como aniversariantes do mês e Dia das Mães, foram criadas ações voltadas para a espiritualidade. Todas as segundas-feiras pela manhã os colaboradores se reúnem no auditório da AMM para assistir a um vídeo motivador e participar de um momento de oração e reflexão.



Grupos de encontro e reflexão promoveram a integração dos diversos setores



Momento de oração também recebeu convidados

Além disso, todas as sextas-feiras os funcionários participam de um grupo de encontro e reflexão, onde ocorre a integração dos diversos setores visando o estímulo à convivência, autoconhecimento e trabalho em equipe.

A solidariedade também foi incentivada, com a adesão à Campanha de Doação de Medula Óssea. Em outubro os funcionários da instituição foram, voluntariamente, ao Hemocentro para



AMM ficou iluminada em apoio à campanha Outubro Rosa



Bótons alusivos ao "Outubro Rosa"



AMM realizou confraternizações em datas especiais, como o Dia das Mães

se cadastrarem no Registro Brasileiro de Doadores, do Ministério da Saúde.

Os colaboradores também participaram de campanhas de conscientização, como o Outubro Rosa. Durante o mês a fachada da AMM foi iluminada em apoio à campanha e para chamar a atenção da sociedade quanto aos riscos do câncer de mama. A Associação entregou lenços cor-de-rosa para as colaboradoras e bótons para todos os funcionários, além de apoiar as ações acompanhadas pela Associação das Primeiras-Damas dos Municípios de Mato Grosso.

A AMM também recebeu, em outubro, o "Brechó da Santa", coordenado pela Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá. A ação é promovida pela coordenação de doações e voluntariado da instituição filantrópica desde novembro de 2014. Todos os recursos arrecadados com a iniciativa são destinados para ajudar no custeio de suprimentos utilizados no dia a dia do hospital.

A saúde dos colaboradores também foi priorizada, com a oferta de aulas de pilates e ginástica laboral, ministradas por uma fisioterapeuta e disponibilizadas a todos os funcionários.